



Bruxelas, 7.12.2018
COM(2018) 811 final

**RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO
COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES**

Progressos na execução da Estratégia da UE para as Florestas

«Uma nova estratégia da UE para as florestas e o setor florestal»

Introdução: a Estratégia da UE para as Florestas

Em 2013, a Comunicação «Uma nova estratégia da UE para as florestas e o setor florestal»¹ (adiante designada por «Estratégia») estabeleceu um novo quadro da UE para coordenar e assegurar a coerência nas políticas relacionadas com as florestas e aumentar a contribuição destas e do setor florestal para os objetivos da UE. A gestão sustentável das florestas (GSF), o seu papel multifuncional, a utilização eficiente dos recursos e a responsabilidade global pelas florestas constituem os seus princípios orientadores.

A Estratégia envolve a Comissão, os Estados-Membros e as partes interessadas para trabalharem em conjunto em prol de uma visão comum e do planeamento e aplicação coerentes das políticas relacionadas com as florestas. Define dois objetivos principais para 2020: i) assegurar que todas as florestas na UE são geridas de acordo com os princípios da GSF, e ii) reforçar a contribuição da UE para promover a GSF e reduzir a desflorestação a nível mundial. Ambos os objetivos abarcam as três dimensões do desenvolvimento sustentável, proporcionando uma abordagem holística da política e da gestão florestais.

A Estratégia abrange oito domínios prioritários interligados que englobam políticas e aspetos relevantes para a gestão das florestas, o setor florestal e a sociedade. Um conjunto de «orientações estratégicas» em cada domínio prioritário faculta indicações sobre a melhor forma de a Comissão e os Estados-Membros abordarem as prioridades.

O Conselho² e o Parlamento Europeu³, apoiados pelo Comité Económico e Social Europeu⁴ e o Comité das Regiões⁵, congratularam-se com a Estratégia. Em resposta aos seus pedidos, a Comissão, em cooperação com o Comité Permanente Florestal (CPF) e as plataformas de partes interessadas identificadas na Estratégia, elaborou um Plano Plurianual de Execução⁶ (Forest-MAP) que define ações concretas, intervenientes e calendário para 2015-2020.

O processo de revisão

A Estratégia previu uma revisão até 2018 para avaliar os progressos na execução. O plano plurianual de execução para as florestas (Forest-MAP), que definia as prioridades de trabalho para a Comissão até 2017, especificava que a revisão contribuiria para determinar as prioridades no período 2018-20. Além disso, o Conselho convidou «a Comissão a apresentar

¹ COM(2013) 659.

² http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/agricult/142685.pdf

³ <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+TA+P8-TA-2015-0109+0+DOC+PDF+V0//PT>

⁴ JO C 451 de 16.12.2014, p. 127.

⁵ JO C 126 de 26.4.2014, p. 3.

⁶ SWD(2015) 164.

um relatório ao Conselho sobre as conclusões desta revisão e apresentar as suas recomendações (...) até 2018».

A revisão é corroborada por dados de diversas fontes, nomeadamente os resultados das avaliações formais da política, os relatórios e as publicações da UE, complementados por um estudo específico⁷.

Oito domínios prioritários – Síntese dos progressos

Até ao momento, a Estratégia apoiou e orientou um grande número de atividades realizadas pela Comissão, os Estados-Membros e as partes interessadas, públicas e privadas. Na sua maioria, as ações incluídas no Forest MAP, nos oito domínios prioritários, foram executadas conforme previsto: cerca de 30 % foram executadas na íntegra e algumas parcialmente; 45 % constituem atividades em curso. Cerca de 10 % das atividades ainda não se iniciaram e algumas sofreram atrasos.

Os progressos por domínio prioritário podem sintetizar-se do seguinte modo:

Apoiar as comunidades rurais e urbanas

A vertente de desenvolvimento rural (DR) da Política Agrícola Comum (PAC) continua a ser a principal fonte de apoio para a proteção e a gestão sustentável das florestas da UE. Para o período de programação 2014-2020, 24 Estados-Membros planearam medidas florestais, no âmbito de 90 % dos programas de desenvolvimento rural (PDR), que totalizam um montante de 8,2 mil milhões de EUR de despesa pública. Quatro Estados-Membros supriram as suas necessidades no domínio florestal através de auxílios estatais⁸.

As medidas florestais ajudam os Estados-Membros a apoiar as florestas multifuncionais e a GSF, em combinação com outras medidas de DR (por exemplo, serviços consultivos, formação, investimentos, cooperação), para suprir necessidades regionais específicas. Apoiam a expansão das florestas através da florestação, bem como do estabelecimento e da renovação de sistemas agroflorestais⁹. Outras medidas que apoiam a gestão sustentável das florestas são a prevenção de incêndios e de catástrofes naturais (mais de 20 % da despesa prevista), a recuperação na sequência de danos, o investimento destinado à adaptação às alterações climáticas e à prestação de serviços ambientais ou de recreio e, por fim, a compensação para compromissos a título voluntário e ao abrigo da rede Natura 2000. Além

⁷ Estudo relativo aos progressos na execução da Estratégia da UE para as florestas.

⁸ Por exemplo, na Alemanha, a maioria dos *Länder* prestou auxílio às florestas através de DR e três *Länder* através de auxílios estatais.

⁹ Objetivo de florestação: > 300 000 ha; Objetivo agroflorestal: > 80 000 ha.

disso, o DR apoia investimentos destinados a melhorar o valor económico das florestas e a transformação pré-industrial de madeira.

As medidas florestais são concebidas para aumentar a contribuição da GSF para os objetivos políticos da UE, ao mesmo tempo que beneficiam o setor florestal, apoiam o desenvolvimento rural e promovem a prestação de bens e serviços de forma coerente com as principais políticas nos domínios ambiental e climático. O seu âmbito de aplicação adequa-se suficientemente às principais necessidades sociais e setoriais¹⁰.

Até ao momento, a adoção de certas medidas (por exemplo, medidas agroflorestais, Natura 2000) não atingiu os resultados esperados. O prosseguimento do intercâmbio e da promoção de boas práticas entre os Estados-Membros e no interior destes poderá ajudar a suprir potenciais fatores limitadores, amiúde atribuídos a encargos administrativos ou à estrutura de propriedade das florestas. A proposta para a PAC 2021-2027¹¹, que proporcionará mais subsidiariedade e flexibilidade, deverá oferecer novas oportunidades para os Estados-Membros conceberem medidas que permitam suprir melhor as necessidades e prioridades locais, por meio de procedimentos administrativos mais simples. Os resultados da avaliação em curso das regras em matéria de auxílios estatais 2014-2020 serão utilizados na revisão das orientações relativas a estes últimos.

A interação das florestas e das árvores com as zonas urbanas e periurbanas e a elucidação do seu papel para essas comunidades necessitam de uma atenção crescente.

Incentivar a competitividade e a sustentabilidade das indústrias florestais (IF), da bioenergia e da economia verde da UE

As indústrias florestais da UE promovem o processamento sustentável e eficiente – em termos de recursos – de um vasto conjunto de materiais e produtos¹². O plano para as indústrias florestais da UE, que acompanhou a estratégia, identificou os desafios que se colocam a estes setores e as ações necessárias¹³. Em 2015, as cadeias de valor alargadas das indústrias florestais apoiaram 3,6 milhões de postos de trabalho e geraram um volume de negócios de 640 mil milhões de EUR (valor acrescentado de 200 mil milhões de EUR) na economia verde¹⁴, substituindo materiais de origem fóssil. A Estratégia promove, num setor florestal virado para o futuro, a mobilização e utilização de biomassa florestal de uma forma

¹⁰ Avaliação das medidas florestais ao abrigo do Desenvolvimento Rural.

¹¹ COM(2018) 392 final.

¹² Por exemplo, para construção, mobiliário, impressão, embalagens, produtos de higiene, aditivos alimentares e, cada vez mais, têxteis de base biológica, produtos químicos e farmacêuticos, plásticos, materiais compósitos de impressão 3D e biocombustíveis.

¹³ SEC(2013) 343.

¹⁴ http://ec.europa.eu/environment/basics/green-economy/index_pt.htm

sustentável e eficiente em termos de recursos, o desenvolvimento da bioeconomia, o acesso a mercados internos e internacionais e uma melhor I&I.

Foram realizados estudos setoriais que contribuíram para promover a competitividade e a sustentabilidade, nomeadamente nos seguintes domínios: disponibilidade de madeiras e competitividade a nível mundial¹⁵; avaliação do custo cumulativo da legislação da UE sobre as indústrias florestais¹⁶; análises relativas à informação dos consumidores sobre o mobiliário¹⁷ e à utilização de madeira em cascata¹⁸, que constituem contributos para o guia de boas práticas no contexto do Plano de Ação para a Economia Circular¹⁹ ²⁰. Alguns Estados-Membros promovem ações para estimular o crescimento do mercado interno dos produtos florestais (por exemplo, na construção). Em paralelo, a UE lançou uma iniciativa, na forma de um Plano de Ação em matéria de Competências²¹ para o setor da construção e as indústrias florestais.

A nível internacional, observaram-se progressos nos acordos comerciais bilaterais, nomeadamente com o Canadá e o Japão, nos principais setores, e com a Ucrânia, na promoção da GSF²².

Registaram-se progressos significativos no âmbito dos Programas-Quadro da UE, o 7.º PQ²³ e o Horizonte 2020²⁴, apoiados pela Parceria Europeia de Inovação no domínio das Matérias-Primas²⁵. A plataforma tecnológica do setor florestal (PTF)²⁶ permite a cooperação e a inovação reforçadas. As parcerias público-privadas sobre produtos de base biológica²⁷ ajudam a comercializá-los em diversas aplicações, como, por exemplo, novas tecnologias de fibra, biocompósitos, bioetanol e biodiesel.

A reformulação já acordada da Diretiva Energias Renováveis²⁸ inclui novos critérios de sustentabilidade aplicáveis à biomassa florestal utilizada para a produção de bioenergia. Estes critérios, assim como a iniciativa em curso sobre a sustentabilidade dos produtos florestais,

¹⁵ <https://ec.europa.eu/docsroom/documents/10017/attachments/1/translations/en/renditions/pdf>

¹⁶ https://ec.europa.eu/growth/content/study-assessment-cumulative-cost-impact-specified-eu-legislation-and-policies-eu-forest-0_en

¹⁷ <http://ec.europa.eu/DocsRoom/documents/7572/attachments/1/translations>

¹⁸ https://ec.europa.eu/growth/content/study-optimised-cascading-use-wood-0_en

¹⁹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52015DC0614>

²⁰ A publicar até ao final de 2018.

²¹ <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1415&langId=pt>

²² No âmbito da Zona de Comércio Livre Abrangente e Aprofundado UE-Ucrânia.

²³ https://ec.europa.eu/research/fp7/index_en.cfm https://ec.europa.eu/research/fp7/index_en.cfm

²⁴ <https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/en>

²⁵ https://ec.europa.eu/growth/sectors/raw-materials/policy-strategy_en

²⁶ <http://www.forestplatform.org/#/>

²⁷ Empresa Comum Bioindústrias ao abrigo do Horizonte 2020 (<https://www.bbi-europe.eu/>)

²⁸ Consultar o acordo provisório alcançado em junho de 2018:

<http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-10308-2018-INIT/en/pdf>

baseiam-se nos trabalhos do CPF sobre critérios e indicadores de GSF²⁹. Assim que estiverem plenamente operacionais³⁰, darão um contributo para GSF dentro e fora da UE.

Por outro lado, um grupo de reflexão PEI-AGRI³¹ abordou formas de melhorar a mobilização sustentável de biomassa das florestas da UE. A Estratégia da Bioeconomia para a UE revista³² deverá contribuir para disseminar a inovação e intensificar o papel da biomassa florestal como substituinte de materiais e produtos não renováveis, ao mesmo tempo que protege o ambiente e garante a circularidade.

As florestas num clima em mudança

A Estratégia promove práticas de gestão florestal no âmbito dos quadros políticos nacionais para a redução das emissões, a retenção de CO₂ e a criação de resiliência florestal, recorrendo a fundos da UE e aos melhores conhecimentos.

Os instrumentos políticos vigentes da UE asseguram a contribuição das florestas para a atenuação das alterações climáticas (Regulamento LULUCF³³) e a adaptação às mesmas (Estratégia da UE para a adaptação³⁴). A comunicação de informações relativas ao LULUCF ao abrigo da Convenção das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas proporcionou importantes avanços para aproveitar o potencial de atenuação das florestas da UE, elucidando melhor a relação entre clima e florestas e promovendo ações nas agendas políticas dos Estados-Membros. O Regulamento LULUCF salienta o papel das florestas e da madeira na redução das emissões e no sequestro do carbono, além de apoiar a GSF. No tocante à adaptação às alterações climáticas, 25 Estados-Membros têm em vigor estratégias nacionais ou setoriais; na maioria destas últimas, as florestas constituem uma prioridade³⁵.

A UE prestou um apoio financeiro e institucional significativo para combate aos incêndios florestais e resposta a outras catástrofes, nomeadamente através da PAC, dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, de investigação e dos fundos LIFE. O Mecanismo de Proteção Civil da UE apoia a prevenção de incêndios florestais através de avaliações de riscos, planos de gestão, alerta rápido e sistemas de alerta e sensibilização. O Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) monitoriza o risco e a incidência de incêndios florestais para uma resposta coordenada e célere, apoiado pelo Sistema Europeu de Informação sobre Incêndios Florestais (EFFIS). Na sequência de fenómenos extremos, uma

²⁹ https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/forest/publications/pdf/sfcci-report_en.pdf

³⁰ A Comissão elaborará um guia operacional até janeiro de 2021.

³¹ <https://ec.europa.eu/eip/agriculture/en/focus-groups/sustainable-mobilisation-forest-biomass>

³² COM(2018) 673.

³³ Regulamento (UE) 2018/841.

³⁴ COM(2013) 216.

³⁵ <https://climate-adapt.eea.europa.eu/countries-regions/countries>

proposta destinada a reforçar o Mecanismo de Proteção Civil da UE³⁶ visa fortalecer os meios coordenados da UE para combater incêndios e colocar a tónica na prevenção e preparação, contribuindo para uma maior interação entre adaptação e proteção civil.

A experiência e prosseguimento do intercâmbio de boas práticas de planeamento, execução e monitorização de ações de atenuação e adaptação, bem como das respetivas sinergias, contribuiriam para a sustentabilidade a longo prazo das florestas e o armazenamento de carbono por estas.

Proteção das florestas e reforço dos serviços ecossistémicos

A Estratégia favorece abordagens preventivas para assegurar a prestação de serviços ecossistémicos e a contribuição das florestas para a biodiversidade; neste contexto, realça o potencial dos Planos de Gestão Florestal (PGF), e instrumentos equivalentes, para a prestação equilibrada de bens e serviços. Insta os Estados-Membros e a Comissão a aplicarem as Diretivas *Habitats* e *Aves* e a Estratégia para a biodiversidade da UE, bem como a definirem formas de valorar os serviços ecossistémicos e a utilizarem os fundos da UE para a proteção do capital natural das florestas.

A iniciativa destinada a cartografar, avaliar e valorar os serviços ecossistémicos (MAES)³⁷ registou progressos, traduzidos, nomeadamente, num projeto-piloto no domínio florestal e em trabalhos para um sistema de contabilidade do capital natural da UE (INCA)³⁸. O financiamento da UE integra cada vez mais oportunidades de apoio à prestação de serviços ecossistémicos pelas florestas. Existem poucos dados sobre a forma como a GSF promove instrumentos políticos como a Diretiva-Quadro Água, mas a UE apoiou investigação neste domínio; um projeto sobre a prestação de serviços relacionados com a água³⁹ poderá introduzir mais clareza, apoiando a elaboração e execução de políticas.

Os instrumentos da UE para o controlo de pragas foram reforçados com um novo Regulamento sobre fitossanidade⁴⁰ e um Regulamento sobre espécies exóticas invasoras⁴¹, melhorando a proteção das florestas e plantas da UE.

A Comissão publicou um guia sobre a Natura 2000 e as Florestas⁴², que resultou de um esforço conjunto de partes interessadas muito heterogéneas. A integração da biodiversidade

³⁶ «RescEU»: um novo sistema europeu para responder às catástrofes naturais», cuja adoção está prevista em 2018.

³⁷ http://ec.europa.eu/environment/nature/knowledge/ecosystem_assessment/index_en.htm

³⁸ http://ec.europa.eu/environment/nature/capital_accounting/index_en.htm

³⁹ http://www.cost.eu/COST_Actions/ca/CA15206

⁴⁰ Regulamento (UE) 2016/2031.

⁴¹ Regulamento (UE) n.º 1143/2014.

nos PGF registou progressos. Os Estados-Membros e os proprietários e gestores de florestas recorrem aos PDR e ao financiamento LIFE para apoiar a execução dos seus compromissos; alguns promoveram iniciativas para proteger e promover recursos genéticos florestais.

Apesar das ações adotadas até ao momento, a aplicação da política de biodiversidade da UE continua a representar um grande desafio. Os relatórios sobre a conservação dos habitats e espécies florestais revelam que não se registaram ainda melhorias. São necessários mais esforços para reforçar o papel dos PGF na consecução dos objetivos de biodiversidade e apoiar a prestação de serviços ecossistémicos. A conclusão dos trabalhos em curso ao abrigo da iniciativa MAES e a investigação sobre instrumentos e métodos para contabilizar os serviços ecossistémicos florestais e a sua contrapartida financeira deverá proporcionar novas perspetivas neste domínio.

Que florestas temos e como estão a evoluir?

A Estratégia visa o reforço da base de conhecimentos para responder aos desafios que se colocam às florestas e ao setor florestal, melhorando a cooperação e a coordenação no estabelecimento do Sistema Europeu de Informação Florestal (FISE), que constituirá uma referência em termos de dados e informações sobre florestas e silvicultura na Europa, em estreita ligação com outros sistemas de dados e informações, e harmonizando dados a nível da UE.

Ainda está a ser desenvolvido um protótipo do FISE. Alguns sistemas de informação que o constituem estão operacionais e atualizados, como, por exemplo, o EFFIS (no domínio dos incêndios florestais) ou o FOREMATIS (no domínio dos materiais florestais de reprodução). Está em curso a harmonização dos dados florestais, nomeadamente para contribuir para processos internacionais como a recolha de dados para os indicadores de GSF das florestas da Europa.

Para que o FISE seja operacional, é ainda necessário um trabalho considerável de desenvolvimento, bem como de recolha e harmonização de dados e integração de recursos de fontes existentes (por exemplo, EFFIS, Climate-ADAPT⁴³) ou possíveis fontes futuras (por exemplo, DIABOLO, MAES).

Silvicultura e produtos com valor acrescentado novos e inovadores

A Estratégia propõe uma agenda ambiciosa de investigação e inovação (I&I) destinada a melhorar a sustentabilidade e o desenvolvimento de produtos e processos inovadores do

⁴²<https://ec.europa.eu/agriculture/forest/publications>

⁴³<https://climate-adapt.eea.europa.eu/>

setor, através do Horizonte 2020, da Parceria Europeia de Inovação no domínio das Matérias-Primas, do PEI-AGRI⁴⁴, do CPIA⁴⁵, da estrutura de governação das florestas e de outros fóruns da UE, bem como da coordenação e disseminação de boas práticas.

A investigação financiada pela UE proporcionou ao setor florestal cerca de 500⁴⁶ projetos desde 2007⁴⁷. Espera-se que, no contexto do Horizonte 2020, sejam despendidos mais de 500 milhões de EUR em investigação no setor florestal ao abrigo do 7.º PQ. O financiamento da inovação proveniente do FEDER complementa este montante, dado que muitas regiões da UE selecionaram prioridades relacionadas com a silvicultura nas suas estratégias de especialização inteligente. As PEI AGRI e Matérias-Primas ligam a silvicultura à investigação nos domínios da agrossilvicultura, da mobilização sustentável da biomassa florestal, da resposta às alterações climáticas e aos problemas ambientais e das cadeias de valor.

Os programas FORESTERRA, SUMFOREST e WoodWisdom do 7.º PQ, que constam da base ERA-NET, apoiaram cerca de 70 projetos, no montante de 85 milhões de EUR, financiados por fontes da UE e nacionais. A ForestValue⁴⁸ – iniciativa da base ERA-NET, no âmbito do Horizonte 2020, que apoia a transição para uma economia de base biológica – envolve 17 países e mobilizou 20 milhões de EUR de financiamento nacional e da UE. O Grupo de Trabalho Estratégico sobre Investigação e Inovação Florestal ao abrigo do CPIA⁴⁹ apoiou a coordenação e a realização de estudos sobre o alcance e os resultados da investigação financiada pela UE, bem como atividades de sensibilização para outros fóruns.

A definição das agendas de investigação e das relações entre a investigação e as PEI beneficiaria de um quadro reforçado de divulgação dos resultados dos projetos. Uma forte capitalização da inovação ao longo das cadeias de valor permitiria promover a competitividade do setor florestal. O Horizonte 2020 apela a projetos que capitalizem os resultados de projetos concluídos, resultados esses que ainda estão por concretizar.

Trabalhar em conjunto para gerir coerentemente e compreender melhor as nossas florestas

A coordenação, cooperação e comunicação são necessárias para equilibrar diferentes objetivos e abordagens das políticas setoriais. A Estratégia pretende reforçar a governação e

⁴⁴ <https://ec.europa.eu/eip/agriculture/en/about>

⁴⁵ Comité Permanente da Investigação Agrícola (<https://scar-europe.org/>)

⁴⁶ As bases de dados EU CORDIS e ERA-NET abrangem (10/2018) 273 projetos financiados pelo 7.º PQ (cerca de 514 milhões de EUR) e 214 projetos do Horizonte 2020 (cerca de 388 milhões de EUR).

⁴⁷ https://scar-europe.org/images/FOREST/Documents/SWG_forestry_study-v2.pdf

⁴⁸ <https://forestvalue.org/>

⁴⁹ O GTE sobre Florestas do CPIA promove investigação e cooperação transnacionais sobre a adaptação às alterações climáticas e atenuação das mesmas, a competitividade do setor e a prestação de serviços ecossistémicos.

comunicação, sobretudo através do Comité Permanente Florestal (CPF), do Grupo de Diálogo Civil em matéria de Florestas e Cortiça (CDG-FC) e do Grupo de Peritos sobre Indústrias Florestais e Questões Setorialmente Conexas (GP IF).

O CPF continua a ser o principal fórum para debater as florestas da UE e questões relacionadas com a floresta e a execução da Estratégia. As sessões informativas e de debate sobre todas as iniciativas políticas da UE na matéria baseiam-se em programas de trabalho anuais que assentam no Forest MAP, com o qual são coerentes. O CPF emitiu pareceres⁵⁰ e relatórios²³ que foram transmitidos aos decisores políticos pertinentes. Os Estados-Membros partilham as suas experiências, iniciativas, conhecimentos e conselhos em sede do CPF. Este reúne-se esporadicamente com partes interessadas (CDG-FC) e grupos de peritos setoriais, por exemplo, sobre biodiversidade.

O Grupo de Diálogo Civil «Florestas e Cortiça» reúne-se duas vezes por ano e o seu presidente tem estatuto de observador no CPF. Apresentou resoluções que mostram a visão conjunta das partes interessadas sobre tópicos como o Regulamento Madeira (RUEM) e o papel da silvicultura na PAC.

O GP IF⁵¹ funciona desde 2014, tendo-se concentrado até ao momento nas questões comerciais, sobretudo com os Estados da «Vizinhança», na revisão do RUEM e na utilização em cascata de biomassa.

O plano para a criação de uma rede europeia de gabinetes florestais não se concretizou. Todavia, a Rede Europeia de Inventários Nacionais sobre Florestas (ENFIN) e diversas ações de investigação com o apoio da UE⁵² estão a trabalhar no sentido de proporcionar informações mais harmonizadas sobre as florestas na Europa.

Os resultados do inquérito Eurobarómetro de 2015 sobre a perceção que o público tem dos benefícios que as florestas proporcionam⁵³ sugerem a necessidade de uma melhor comunicação sobre a importância de florestas geridas de um modo sustentável. A abordagem adotada pela Estratégia de comunicação da UE para as florestas⁵⁴ fornece uma base sólida para refletir sobre as formas de suprir estas necessidades.

⁵⁰ https://ec.europa.eu/agriculture/forest/standing-committee/opinions_en

⁵¹ O GP IF reúne representantes dos setores da indústria e dos E.-M., bem como outras partes interessadas do setor.

⁵² Incluindo, por exemplo, o DIABOLO, duas ações COST e um contrato em curso com o Centro Europeu de Dados sobre as Florestas.

⁵³

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/69759http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/publicopinion/index.cfm/ResultDoc/download/DocumentKy/69759>

⁵⁴ https://ec.europa.eu/agriculture/sites/agriculture/files/fore/publi/communication-strategy_en.pdf

As florestas numa perspetiva mundial

A Estratégia visa reforçar o papel da UE nos esforços mundiais destinados a promover a GSF e a reduzir a desflorestação, assegurando coerência entre as políticas e compromissos da UE e dos Estados-Membros. Promove, nos fóruns internacionais, o papel das florestas no desenvolvimento sustentável e combate a desflorestação e a degradação das florestas, no âmbito da sua ação externa e de cooperação.

A UE e os Estados-Membros adotaram posições comuns para promover a GSF em fóruns relacionados com a floresta, tanto pan-europeus (FOREST EUROPE) como internacionais (por exemplo, UNFF, FAO, ITTO), bem como em outras instâncias internacionais (por exemplo, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica), abrangendo a Agenda 2030 e os respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sobretudo através da execução do Plano Estratégico para as Florestas das Nações Unidas 2017-2030⁵⁵. No âmbito do FOREST EUROPE⁵⁶, a UE está a explorar opções para celebrar um acordo pan-europeu juridicamente vinculativo sobre florestas, que verteria em letra de lei o conceito de GSF, cobrindo inicialmente 25 % das florestas mundiais.

O Plano de Ação FLEGT da UE constitui uma resposta importante e inovadora ao problema da exploração madeireira ilegal; a sua aplicação melhorou significativamente a governação das florestas⁵⁷ em países parceiros. O número de acordos de parceria voluntários entre a UE e os países produtores de madeira está a aumentar continuamente⁵⁸. O primeiro regime de licenciamento FLEGT (Indonésia) ficou operacional em 2016. A revisão do RUEM⁵⁹ confirmou o seu potencial para combater a exploração madeireira ilegal e o comércio conexo, mas também a necessidade de reforçar a sua aplicação uniforme e eficaz; a execução do RUEM registou uma melhoria significativa em 2015-17. Além disso, um estudo que aborda os impactos do consumo da UE sobre a desflorestação e a degradação das florestas permitiu elucidar este problema complexo⁶⁰. A Comissão apresentará uma nova iniciativa para intensificar a ação da UE contra a desflorestação.

A política de desenvolvimento da UE apoia, a nível mundial, atividades relacionadas com as florestas, como consta do Plano Estratégico de Cooperação Internacional e Desenvolvimento 2016-2020, e promove intervenções de cooperação no domínio da economia verde inclusiva⁶¹. Muitos projetos ilustram o valor do apoio da UE e dos Estados-Membros,

⁵⁵ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N17/184/62/PDF/N1718462.pdf?OpenElement>

⁵⁶ Conferência Ministerial para a Proteção das Florestas na Europa (<https://foresteurope.org/>)

⁵⁷ SEC(2016) 275.

⁵⁸ Seis APV celebrados e nove em fase de negociação. (<http://ec.europa.eu/environment/forests/flegt.htm>)

⁵⁹ COM(2016) 74 final.

⁶⁰ http://ec.europa.eu/environment/forests/studies_EUaction_deforestation_palm_oil.htm

⁶¹ <https://europa.eu/capacity4dev/file/80634/download?token=-ZXMS3Cz>

diretamente ou através de vários doadores mundiais, na promoção da GSF a nível mundial. A UE está também a apoiar planos nacionais REDD+ em países em desenvolvimento, além de iniciativas que promovem cadeias de valor que não provocam desflorestação. Procura também incluir nos seus acordos bilaterais disposições sobre a promoção da GSF e compromissos para combater a exploração madeireira ilegal e o comércio conexo.

Financiamento da UE para as florestas e o setor florestal

A Comissão alinhou as diversas fontes de financiamento da UE para apoiar os objetivos e as prioridades da Estratégia. A PAC constitui a principal fonte de financiamento do setor florestal (8,2 mil milhões de EUR de despesa pública), em consonância e sinergia com outros Fundos FEE⁶², o LIFE e o Programa-Quadro de Investigação da UE.

A prioridade climática estabelecida para os fundos da UE prevê incentivos específicos importantes para promover a ação climática nas florestas. Contudo, as oportunidades de financiamento para proteger as florestas e melhorar os serviços ecossistémicos não são plenamente utilizadas.

O financiamento global da UE destinado a I&I no setor florestal aumentou significativamente (foram atribuídos 615 milhões de EUR a 249 projetos, no período 2013-2017)⁶³, apoiando inovações e a promoção do crescimento e do emprego.

A cooperação para o desenvolvimento da UE atribuiu 235 milhões de EUR para o período 2014-2020, com vista a apoiar as atividades do regime FLEGT e do programa REDD+ principalmente ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento, que são complementadas por programas específicos de cooperação a nível dos países e das regiões, com uma tónica na melhoria da governação e na promoção da conservação das florestas.

Conclusão – Progressos relativamente aos objetivos para 2020

Registaram-se progressos significativos relativamente aos objetivos para 2020. Desde a sua adoção, a Estratégia enquadrando eficazmente as ações da UE nos seus princípios e objetivos, facilitando a coordenação de todos os domínios de intervenção da UE ligados às florestas e ao setor florestal, promovendo uma abordagem consistente das políticas internas e internacionais e permitindo que a UE e os Estados-Membros sejam líderes mundiais da gestão sustentável das florestas.

⁶² Por exemplo, os Estados-Membros afetaram quase 8 mil milhões de EUR ao Objetivo Temático 5 («adaptação às alterações climáticas, prevenção e gestão de riscos»), a fim de abranger vários riscos, nomeadamente de incêndios florestais.

⁶³ De acordo com a plataforma tecnológica do setor florestal.

Realizaram-se progressos consideráveis na execução das atividades nos oito domínios prioritários e das orientações estratégicas. Os Estados-Membros reconhecem que a estratégia influencia as suas políticas e ações, inclusive ao nível subnacional⁶⁴.

A Estratégia é um instrumento político valioso, que permite à UE e aos Estados-Membros suprir os principais desafios e as principais funções das florestas, num momento em que os novos objetivos políticos e prioridades sociais são cada vez mais exigentes, para alcançar várias finalidades que, por vezes, podem ser percebidas como contraditórias. As expectativas crescentes da sociedade relativamente às florestas e o aumento das pressões e dos fatores de tensão climáticos poderão exigir esforços e compromissos suplementares de todos os intervenientes relevantes para intensificar a coordenação, a cooperação e o envolvimento de peritos, nomeadamente nos setores em causa, bem como entre a Comissão, os Estados-Membros e outras partes interessadas.

Ter-se-á na devida conta a evolução da conjuntura política no restante período de execução, de forma a assegurar, *inter alia*, a contribuição das florestas para o quadro climático e energético – nomeadamente a aplicação do novo Regulamento LULUCF e da legislação em matéria de energias renováveis – e abordando simultaneamente a adaptação das florestas às alterações climáticas, a fim de cumprir os compromissos da UE nos termos do Acordo de Paris. A Estratégia e as suas prioridades são adequadas para realçar a importância das florestas e das políticas conexas da UE para a execução da Agenda 2030 na União e a nível mundial, sobretudo através da execução do Plano Estratégico para as Florestas das Nações Unidas (2017-2030).

O prosseguimento da execução da Estratégia, com o apoio do orçamento da UE, ajudará as florestas, que cobrem 40 % do território da União, a contribuir eficazmente para o equilíbrio territorial, o crescimento e o emprego nas zonas rurais e urbanas, promovendo a competitividade do setor florestal e o desenvolvimento da bioeconomia, protegendo, simultaneamente, a biodiversidade e assegurando a prestação de serviços ecossistémicos. Comunicar à sociedade o valor da boa gestão das florestas, assegurando, assim, um apoio social sólido para gestão sustentável das florestas, afigura-se essencial para apoiar estes objetivos.

⁶⁴ «Gestão sustentável das florestas nas regiões». Relatório do Comité das Regiões, 2018.